



SÉTIMO ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA
EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

7Enaphem

História da Educação Matemática nos caminhos do
mundo digital e da democratização do conhecimento

A Potência da História Oral para a Pesquisa sobre Inclusão

The potency of oral history for inclusion research

Suelen Martins Vasconcelos¹

Diogo Franco Rios²

Resumo

Este trabalho objetiva apresentar a história oral como um potente instrumento de pesquisa em estudos sobre inclusão. E nasce do que foi produzido em uma dissertação de mestrado na qual se realizou um estudo analítico sobre o caráter inclusivo do que contaram três autistas, sobre suas experiências escolares, enquanto alunos da Educação Básica. A partir dos resultados obtidos daquele estudo e tendo como pressupostos teórico-metodológicos referências da História Oral, são apresentadas reflexões sobre a importância dessa metodologia de pesquisa no debate sobre inclusão.

Palavras-chave: Educação Matemática; História Oral; Educação Inclusiva; Inclusão, TEA.

Uma metodologia de pesquisa com potencial para inclusão

Este trabalho tem o objetivo de apresentar a História Oral como um importante instrumento de pesquisa para a Educação Inclusiva, pois se trata de uma metodologia com potencial para dar visibilidade a perspectivas ainda não reconhecidas. Ela possibilita que grupos vitimizados por um apagamento social ocupem espaços de voz e assumam o devido protagonismo em suas histórias; e, ainda, contribui para que as narrativas deles sejam legitimadas.

A escolha pela História Oral como instrumento em pesquisas sobre inclusão não decorre do interesse de atestar ou contestar a veracidade do que já foi produzido

¹ Licenciada em Matemática e Mestra em Educação Matemática pela UFPel, docente da Rede Municipal de Pelotas e da Rede Estadual de Rio Grande do Sul e membro do Grupo de Pesquisa: [História, Currículo, Cultura e Educação Matemática](#). E-mail: suelen_vas@hotmail.com.

² Doutor em Ensino, Filosofia e História das Ciências, docente da Universidade Federal de Pelotas e Líder do Grupo de Pesquisa: [História, Currículo, Cultura e Educação Matemática](#). E-mail: riosdf@hotmail.com.

no meio acadêmico, nem de criar disputas de perspectivas entre excluídos e campo teórico científico. Trata-se de reconhecer que democratizar esse debate passa por não deixar de fora as percepções dos principais afetados pela exclusão social. Portelli, sobre a indispensabilidade de fontes orais em determinadas pesquisas, fala:

O inconcluso de fontes orais afeta todas as outras fontes. Dado que nenhuma pesquisa (concernente ao tempo histórico para o qual as memórias de vida são válidas) é completa, a menos que se tenha exaurido tanto as fontes orais como as escritas, e as primeiras são inegociáveis, a meta ideal de ir através de ‘todas’ as fontes possíveis se torna impossível. O trabalho histórico que se utiliza de fontes orais é infundável, dada a natureza das fontes; o trabalho que exclui fontes orais (quando válidas) é incompleto por definição (Portelli, 1997, p. 36 [grifo do autor]).

Nesse contexto, as diferentes perspectivas daqueles a quem interessa a inclusão, em especial a das pessoas que sofrem a exclusão - as marginalizadas, silenciadas, desvalorizadas, subalternizadas, etc. -, não devem ser ignoradas. A utilização de fontes orais em pesquisas da Educação Inclusiva atende pelo menos a três propósitos: de destacá-las como indispensáveis para o entendimento do tema, de trazer para o debate percepções ainda desconhecidas ou não exploradas e o de devolver aos seus narradores seu protagonismo.

A História Oral possibilita às pessoas que compõem o público-alvo das políticas de inclusão, àquelas que por muito tempo tiveram o direito à autorrepresentatividade ignorado ou negado, que exerçam seu direito de falarem e de serem ouvidas em temas que impactam diretamente e tão fortemente suas vidas. São grupos que têm reivindicado esses espaços para que suas vozes reverberem para além do debate acadêmico.

Apesar de a História Oral muitas vezes ser lida como uma metodologia para análise de operações historiográficas, aqui se pretende destacar o potencial do uso dela para o estudo de fatos recentes ou que estão ocorrendo em um mesmo espaço de tempo da pesquisa. Isso não significa ignorar os problemas historiográficos que envolvem o debate sobre inclusão, nem sua historicidade, mas, no caso deste uso da História Oral, ao se falar sobre exclusão social, isso não seria nem possível, pois seus

efeitos alcançam o tempo atual e os envolvidos lidam em suas trajetórias com impactos históricos desses processos.

Desde a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, as nações afirmaram que "toda pessoa tem direito à educação" (ONU, 1948) e quase meio século depois reafirmaram esse compromisso para uma "Educação para Todos" celebrando a *Declaração Mundial sobre Educação para Todos* (Unesco, 1990). Apesar do Brasil ser signatário desses e de outros importantes acordos internacionais em defesa de uma educação menos excludente, e de termos, como respostas às lutas por direitos sociais, empenhados esforços políticos para isso, estamos distantes de conquistar uma educação que inclua todos.

Mesmo após décadas de lutas por inclusão, ainda são os mesmos grupos que mais sofrem as consequências dessa marginalização social: pessoas com deficiência, negros, refugiados, pessoas LGBTQIAPN+³, povos originários, populações pobres das periferias, etc. Enfim, os excluídos, os infames, aqueles "sujeitos cujas experiências são costumeiramente ignoradas, somente se fazendo registrar quando, por 'um acaso do destino', tiverem suas trajetórias confrontadas com os mecanismos do poder" (Foucault, 2003, *apud* Rios; Pereira, 2021, p. 17 [grifo do autor]).

Sobre como a História Oral está ligada à história desses grupos, Ferreira e Amado discorrem:

[...] o uso sistemático do testemunho oral possibilita à História Oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas; essa característica permitiu inclusive que uma vertente da História Oral se tenha construído ligada à história dos excluídos" (Ferreira e Amado, 2006, p. XIV).

O uso da História Oral como ferramenta para ouvir aqueles que historicamente sofrem a exclusão e os efeitos dela também é destacada por Portelli. No texto *Oral History and Power*, ao explicar porque escolhemos trabalhar com fontes orais, ele diz:

Com frequência se diz que, na História Oral, damos voz aos sem voz. Não é assim. Se não tivessem voz, não teríamos nada a gravar, não

³ Sigla, utilizada pelos movimentos em defesa da diversidade, que representa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexual, Assexual, Pansexual, Não-Binárias e mais.

teríamos nada a escutar. Os excluídos, os marginalizados, os sem-poder sim, têm voz, mas não há ninguém que os escute. Essa voz está incluída num espaço limitado. O que fazemos é recolher essa voz, amplificá-la e levá-la ao espaço público do discurso e da palavra. Isso é um trabalho político, porque tem a ver não só com o direito à palavra, o direito básico de falar, mas com o direito de falar e de que se faça caso, de falar e ser ouvido, ser escutado, de ter um papel no discurso público e nas instituições políticas, na democracia (Portelli, 2010, p.2).

A construção de uma educação para todos têm sido pautada no campo político educacional há décadas pelos mesmos grupos hegemônicos. Pela representatividade desses grupos é coerente considerar provável que a concepção deles é a que tem prevalecido ou sobressaído na imprensa, no imaginário coletivo e na bibliografia que trata do tema.

Ao se realizar um levantamento do que até então havia recentemente⁴ sido produzido sobre inclusão no campo da Educação Matemática, com destaque para os trabalhos que abordaram o tema sob a luz da História Oral, constatou-se uma carência de fontes que contemplasse a perspectiva dos autistas sobre inclusão escolar. Se ainda são escassas as fontes que partem das perspectivas daqueles historicamente excluídos, a História Oral desponta como imprescindível para oferecer outras narrativas para a construção de um debate mais democrático.

Cabe pontuar que essa carência não se restringe apenas às narrativas dos autistas. Ainda que se tenha produzido muito sobre Educação Inclusiva nos últimos anos, as perspectivas mais contempladas seguem sendo as dos cientistas, pesquisadores e professores, e não as das pessoas com deficiência (física, visual, auditiva, intelectual ou psicossocial).

Essas circunstâncias, aliadas a um interesse em estudar sobre a inclusão escolar de pessoas no Transtorno do Espectro Autista (TEA)⁵, foram alicerce para pesquisa de mestrado da primeira autora. Tal estudo tinha como objetivo analítico central discutir possíveis aproximações e distanciamentos entre as experiências dos

⁴ Levantamento de dados realizado para dissertação de mestrado, que teve como recorte de tempo o período de janeiro de 2015 a setembro de 2020.

⁵ Conforme o DSM/5, TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento e pode ou não estar acompanhado de deficiência intelectual (American Psychiatric Association, 2014). Contudo, em 2012, por meio de uma Lei Federal, ficou estabelecido que, para efeitos legais, a pessoa com Transtorno do Espectro Autista é considerada pessoa com deficiência (Brasil, 2012).

autistas entrevistados⁶, particularmente nas aulas de Matemática, e o que está sendo entendido como inclusão na educação escolar, tanto por educadores (matemáticos) quanto pela legislação que trata do tema.

Esse artigo tem como ponto de partida o produzido na dissertação mencionada e apresenta como a História Oral atendeu ao propósito da pesquisa. Também traz reflexões sobre a importância dessa metodologia em trabalhos sobre inclusão.

História Oral em uma pesquisa sobre inclusão de autistas

Ainda que seja mais usual encontrar aplicações da História Oral como metodologia em pesquisas que analisam problemas historiográficos, não é o caso da dissertação de mestrado aqui referida. Nela foram discutidos problemas que, possivelmente, ainda estejam sendo vivenciados pelos entrevistados - como, por exemplo: *bullying*⁷, capacitismo, exclusão, rejeição, pressão para adaptação, tentativas de normalização, etc. -, mas que não deixam de estar carregados de historicidade.

São questões que tratam de um conjunto de fatores que falam de uma experiência que é individual, mas que também é uma vivência coletiva. Nesse caso, essas questões expuseram aspectos da vivência dos entrevistados enquanto pessoas autistas, pessoas com deficiência ou, simplesmente, alunos que estão inseridos em um sistema ainda pouco inclusivo. Veja que não é possível dissociá-los, pois permanecem constantemente entrelaçados como em um emaranhado.

A carência de narrativas de autistas quando o assunto é a inclusão deles na escola suscitou curiosidade para pesquisar o que eles têm a contar sobre suas experiências escolares. Em um cenário de constantes disputas políticas que visam a atender os interesses de diferentes setores da sociedade, por que estamos permitindo ou escolhendo o desconhecimento sobre o que esses grupos que compõem o público-alvo dessas políticas públicas têm a contar, questionar, validar ou invalidar?

Ao escolher construir fontes com pessoas autistas para a dissertação de mestrado, a pesquisa assumiu a posição política defendida pela História Oral, a de

⁶ Adultos no espectro autista que ingressaram na escola em um mesmo período, entre os anos de 1990 e de 2003.

⁷ Anglicismo que se refere a atos de intimidação e violência física ou psicológica, geralmente praticados em ambiente escolar.

possibilitar que grupos não hegemônicos tenham seu lugar de destaque no debate sobre temas que lhes dizem respeito, falando eles por eles mesmos. Portelli diz que “Buscamos fontes orais porque queremos que essas vozes – que, sim, existem, porém, ninguém as escuta, ou poucos as escutam – tenham acesso à esfera pública, ao discurso público, e o modifiquem radicalmente” (Portelli, 2010, p. 2).

Sobre as entrevistas produzidas, foi possível perceber, nas três narrativas realizadas, que o convite para participar das conversas despertou neles essa vontade de dizer o que para eles é importante sobre suas recordações da escola. É facilmente notável que, na maior parte do tempo, havia uma disposição para contar sobre suas experiências sem que parecesse haver qualquer resistência. Nesses momentos a impressão era de que a fala do entrevistado atendia ao que o pesquisador almejava ouvir, sem ruídos.

Contudo, também ocorreu, em outras duas entrevistas, de posteriormente um dos entrevistados não atender às tentativas de contato e de outro decidir não dar continuidade à sua participação. Esse último explicou que sua desistência se deu por entender que a rememoração de fatos tão recentes pudesse lhe causar sofrimento. Esses episódios contribuíram para compreensão de que sempre há tensão, desde o momento do convite para a pesquisa, quando o convidado escolhe participar (ou não) e pode ter sua decisão, favorável ou contrária, motivada pela vontade (ou não vontade) de falar sobre o tema proposto.

Essa tensão permanece enquanto há a relação entrevistador *versus* entrevistado. As conversas são constantemente tensionadas por ambos. Ainda que não esteja a ponto de romper ou impedir que o diálogo aconteça, o entrevistado, quando convidado a contar sobre suas memórias, não fala sobre o objeto da pesquisa, fala sobre sua vida, e ela não é o foco da pesquisa. O que ocorre, na maioria das vezes, é que a pessoa ouvida aceita ou escolhe falar sobre o tema proposto.

Outro ponto é que, mesmo ao aceitar participar da pesquisa, o entrevistado não está compelido a contar sobre o que o se espera ouvir. Segundo Portelli:

Ao contrário da maioria dos documentos históricos, as fontes orais não são encontradas, mas cocriadas pelo historiador. Elas não existiriam sob a forma em que existem sem a presença, o estímulo e o papel ativo do historiador na entrevista feita em campo. Fontes orais são geradas em uma troca dialógica, a *entrevista*: literalmente uma troca de olhares. Nessa troca, perguntas e respostas não vão necessariamente em uma única direção. A agenda do historiador deve corresponder à agenda do narrador; mas o que o historiador

quer saber pode não necessariamente coincidir com o que o narrador quer contar (Portelli, 2016, p. 10).

A vontade ou (in)disposição para falar sobre determinado assunto pode ter explicação nos sentimentos despertados na rememoração de acontecimentos de grande importância ou sensibilidade para o convidado. A dinâmica presente nessa situação ocorre tal como uma dança ou como uma queda de braço.

Uma dança quando entrevistado e entrevistador, em um mesmo compasso, dançam juntos, aceitando ora conduzir, ora ser conduzido. E queda de braço quando há disputa para determinar qual narrativa irá se sobrepor à outra, aquela que atende às expectativas do entrevistador ou a que corresponde à vontade ou disposição de quem fala. Portelli diz que “é a disposição do entrevistado de falar e de se abrir em alguma medida que permite que os historiadores façam seu trabalho” (Portelli, 2016, p. 15).

O uso da História Oral nesse trabalho de inclusão, que em vários momentos, tocou em temas sensíveis, é uma amostra do quanto essa metodologia se faz cara para a discussão da inclusão das pessoas com deficiência, nesse caso, especificamente, das pessoas autistas. Ela possibilitou a construção de diálogos sobre experiências tão pessoais, que nem sempre são trazidas para o discurso público, mas imprescindíveis para melhor compreensão de onde estamos acertando e falhando enquanto educadores de uma escola que se propõe inclusiva.

É importante pontuar: para que diálogos assim ocorram é necessário que haja disposição do entrevistado para falar e sensibilidade do entrevistador para uma escuta acolhedora. Aquele que fala precisa sentir que quem ouve está interessado no que está sendo dito e que naquele momento a recepção não está sendo abalada por possíveis julgamentos sobre o que se diz.

E foi assim que se buscou conduzir as entrevistas. Apesar de haver um roteiro estabelecido, não havia rigidez sobre os temas disparadores para os diálogos. Isso permitiu desdobramentos para assuntos que não estavam explicitamente pautados, como *bullying*, ou que não foram previstos, como sexism, homofobia e outras situações causadas pela cultura da valorização do normal.

Os três entrevistados, ao falarem sobre a época da escola, logo contaram sobre situações de *bullying* a que foram submetidos. Suas falas apontaram para uma naturalização de uma cultura de violência dentro da escola. Prática que costuma ter

como alvo aqueles que não atendem à normatividade social, alunos que historicamente foram julgados e tratados como inferiores. O não respeito às diferenças aparece no que os entrevistados contaram em suas vivências.

A experiência como profissional da educação faz com que, infelizmente, o tema *bullying* seja esperado quando o assunto é inclusão, isso porque frequentemente temos acesso a relatos de discriminação ou intolerância dirigido às pessoas com deficiência. Contudo, a vivência na posição de professor e/ou de pessoa neurotípica não nos dá a mesma dimensão de quem experimenta o *bullying* como alvo de agressões motivadas pelo capacitismo⁸.

O mesmo pode ser dito quando a escuta nos apresenta relatos de experiências dolorosas provocadas, por exemplo, por LGBTIfobia (preconceito contra as pessoas que manifestam orientação sexual ou identidade/expressão de gênero diferente dos padrões heteronormativos) ou por sexismo (preconceito baseado no gênero).

Os três entrevistados se mostraram muito receptivos às conversas propostas e dispostos a falar até mesmo sobre temas desconfortáveis. Foi como se eles precisassem contar sobre essas recordações que ainda lhe causam incômodo ou sofrimento e que as ignorar, pondo-as para debaixo do tapete, não fosse mais uma opção.

Por vezes foi também descontável para a entrevistadora ouvir, ao ponto de, em alguns momentos, tensionar uma recusa em prosseguir nos temas que foram trazidos para a conversa. Isso por não saber como reagir, por medo ou insegurança dos efeitos que isso poderia lhe causar, mas principalmente provocar nos entrevistados, visto que falavam de eventos nos quais passaram por grandes emoções que lhe causam incômodos e sofrimento.

Os diálogos eram acompanhados pela entrevistadora, que buscava identificar, nos emaranhados de recordações que surgiam nas falas dos entrevistados, elementos que pudessem responder tanto à questão da pesquisa quanto às reflexões que emergiram dela. E assim, conversaram sobre *bullying*, sobre a importância dos

⁸ Preconceito dirigido à pessoa em que se julga que ela é incapaz ou inferior em razão de sua deficiência.

seus diagnósticos⁹ e sobre como essas questões impactam suas vidas dentro e fora da escola.

As narrativas construídas resultaram em percepções de grande valor para problematização a respeito do caráter inclusivo dos processos educativos de interesse de professores e pesquisadores da Educação.

Considerações finais

Enfim, a História Oral, em pesquisas sobre inclusão, anda de mãos dadas com a Educação Inclusiva, ao passo que está ligada à história dos excluídos, dos infames, reivindicando que sejam considerados, ouvidos, valorizados e não mais subalternizados, marginalizados e até mesmo exterminados.

Como um importante instrumento de pesquisa em estudos sobre inclusão, possibilita espaços de escuta a quem pouco se tem ouvido, propicia diálogos com potencial de trazer aspectos desconhecidos ou ignorados para a Educação Inclusiva e oferece ao discurso público perspectivas ainda pouco contempladas.

Traz os excluídos como fontes orais, não para que eles contem novas histórias sobre eventos passados, mas, para que suas narrativas venham a se constituir como parte do todo. Não desconsidera que as experiências dos entrevistados se aproximam das vivências de outros grupos sociais ou, ainda, que suas percepções sobre eventos vividos por ambos têm menor ou maior valor. Contudo, reivindica que suas narrativas não sejam inferiorizadas e que no debate sobre inclusão, eles, enquanto público-alvo de políticas públicas da Educação Inclusiva, estejam também colocados como personagens centrais no debate.

No caso das narrativas com os autistas entrevistados na pesquisa referenciada neste texto, vale destacar que abordagens a alguns dos temas conversados partiu da vontade deles de falarem sobre. Isso mostra que não é só questão de apresentar perspectivas novas sobre temas possivelmente já discutidos, mas também de possibilitar que esses grupos digam o que os provocam e importam, e assumam o protagonismo de suas histórias.

⁹ Os três entrevistados para dissertação de mestrado utilizada como referência receberam o diagnóstico para TEA já adultos.

Suas narrativas contribuem, no mínimo, como alerta para a importância do exercício de ouvir a quem as políticas públicas de inclusão se destinam e sobre a necessidade de questionar o que está se fazendo ou deixando de ser feito em favor desses grupos. Os esforços empenhados para que nossa escola seja um espaço de todos têm alcançado seus propósitos?

O que este trabalho aponta é que quando escolhemos as narrativas dos historicamente menosprezados não estamos oferecendo apenas escuta, visibilidade e protagonismo, mas também legitimidade às suas histórias.

Referências

- Ferreira, M. de M & AMADO, J (2006). *Uso & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- ONU. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.
- Portelli, A. (2010). *Ensaios de História Oral*. São Paulo: Letra e Voz.
- Portelli, A. (2016). *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz.
- Portelli, A. (1997) *O que faz a história oral diferente*. São Paulo: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 14.
- Rios, D. F, & Pereira, M. V. (2021). *O Valor da Narrativa dos Infames para a História da Educação*. Revista História da Educação (Online), v. 25.
- Unesco. (1990). *Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien, Tailândia: UNESCO.
- Vasconcelos, S. M. (2022). *O que os autistas contam sobre as experiências vivenciadas na Educação Básica, sobretudo das aulas de Matemática?* (Dissertação de Mestrado em Educação Matemática). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas.